

**CONTRATO Nº 68/2025**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI PARA O CISAMUSEP, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SETENTRIÃO PARANAENSE – CISAMUSEP E A EMPRESA CREATIVE THINGS COMERCIO DE DISTRIBUICAO LTDA.**

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SETENTRIÃO PARANAENSE – CISAMUSEP**, pessoa jurídica sob forma de Consórcio Público com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005, situado na Rua Adolpho Contessotto, nº 620, Zona 28, na cidade de Maringá/PR, inscrito no CNPJ sob nº 04.956.153/0001-68, neste ato representado pela sua Secretária Executiva, Sr<sup>a</sup>. Sonia Regina Gomes Celestino, brasileira, casada, enfermeira, residente e domiciliada na cidade de Floresta/PR, a seguir denominado **Contratante**, e a empresa **CREATIVE THINGS COMERCIO DE DISTRIBUICAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situado na Rua Osvaldo Cruz, nº 1764, bairro Santa Paula, na cidade de São Caetano do Sul/SP, CEP 09.540-280, telefone (11) 2629-5444, e-mail [valtercreative@hotmail.com](mailto:valtercreative@hotmail.com), inscrita no CNPJ sob nº 10.206.542/0001-79, neste ato representada pelo Sr. Valter Lopes de Oliveira, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado em São Paulo/SP, a seguir denominada **Contratada**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como pelas condições da Consulta de Preço nº 02/2025, pelos termos da proposta da Contratada datada de 24/02/2025, Pregão nº 03/2025, realizado na forma Eletrônica, e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto da presente contratação é a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI para o CISAMUSEP, conforme as especificações estabelecidas no Edital nº 03/2025, proposta comercial anexa e Anexo deste Contrato.

**Subcláusula Única** – Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando e vinculando as partes em todos os seus termos, independente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital e suas condições, a proposta da Contratada datada de 24/02/2025 e eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO**

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta, em regime de entrega parcelada de acordo com as necessidades do Contratante, em até 10 (dez) dias, após solicitação, que será realizada por *e-mail* pelo Fiscal do Contrato, na qual constará a descrição dos tamanhos e quantidades. O prazo previsto poderá ser prorrogado por igual período por acordo entre as partes, desde que justificadamente;





**Subcláusula Primeira** – O Contratante não estará obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos EPI, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da execução.

**Subcláusula Segunda** – Os quantitativos totais expressos são estimativos e representam as previsões do Contratante para os serviços necessários durante o prazo de 12 (doze) meses;

**Subcláusula Terceira** – Os itens deste Contrato, Edital e Anexos deverão ser entregues na sede do Contratante, na Rua Adolpho Contessotto, nº 620, Zona 28, Maringá – PR, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, devendo a entrega ser agendada previamente pelo telefone (44) 3123-8300 com o Fiscal do Contrato.

**Subcláusula Quarta** – Nos termos do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133 /21, o objeto deste Contrato, Edital e Anexos será recebido:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado.
- b) Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o produto adquirido se encontra em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado.
- c) O recebimento definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade da Contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, aqueles só manifestados quando da sua normal utilização por este Consórcio Público de Saúde, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

**Subcláusula Quinta** – Todos os itens deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, nas quais constarão os dados referentes à identificação, à marca do respectivo fabricante, à data de fabricação e ao prazo de validade, entre outros. O acondicionamento dos itens deverá estar em condições adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias, marítimos, ferroviários e/ou aéreos, sendo a empresa vencedora responsável até a entrega em seu destino final, sem ônus para o Contratante.

**Subcláusula Sexta** – Caso os itens estejam insatisfatórios e/ou não atendam às especificações do objeto contratado, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da solicitação, quando serão realizadas novamente as verificações. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas.

**Subcláusula Sétima** – Para os produtos importados, deverão ter rotulagem em língua portuguesa que permita, no mínimo, a identificação do fabricante, importador, nome do produto, lote, validade, entre outros que se fazem necessários quanto à verificação do descritivo do Edital.



**Subcláusula Oitava** – Preferencialmente que a Contratada atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental, tais como que os materiais sejam embalados, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável.

**Subcláusula Nona** – O Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos caso estejam em desacordo com o previsto nas especificações deste Contrato, Edital e Anexos. Caso sejam insatisfatórias ou em desacordo, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades.

**Subcláusula Décima** – O prazo de execução poderá ser revisto na hipótese indicada no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Subcláusula Décima Primeira** – Fica designada a funcionária Paula Heloíse Boson, Matrícula nº 45, a seguir denominada Fiscal do Contrato, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste Contrato nos termos disciplinados nos artigos 104, III e 117, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o estabelecido no Edital.

**Subcláusula Décima Segunda** – A Contratada fica responsável pela qualidade e garantia do objeto especificado no Anexo deste Contrato.

**Subcláusula Décima Terceira** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, o Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 3.888,00 (três mil, oitocentos e oitenta e oito reais).

**Subcláusula Primeira** – O preço do objeto contratado terá um prazo de validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da entrega da Nota de Empenho à Contratada.

**Subcláusula Segunda** – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**Subcláusula Terceira** – Todas as despesas com frete/transporte, mão de obra, seguros, deslocamento, garantia, alimentação, hospedagem, equipamentos, tributos e/ou contribuições e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato são de responsabilidade da Contratada.

### CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo e entrega da Nota Fiscal devidamente conferida por membro da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços do Contratante, através de Transferência ou Boleto Bancário.



**Subcláusula Primeira** – A Contratada deverá faturar a Nota Fiscal em nome do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrião Paranaense - podendo ser abreviado, da seguinte forma - Consórcio P. Int. de Saúde do Set. PR, inscrito no CNPJ sob o nº 04.956.153/0001-68, com sede na Rua Adolpho Contessotto, nº 620, Zona 28, Maringá/PR, CEP: 87.053-285, bem como informar no corpo da respectiva Nota Fiscal os dados bancários (Banco, Agência e Número da Conta Corrente) em nome da pessoa jurídica para efetivação do pagamento.

**Subcláusula Segunda** – A Nota Fiscal deverá discriminar a descrição, a marca, as quantidades fornecidas e valores unitários e totais de cada item. A Contratada deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal o número e a modalidade da Licitação e os Empenhos nº 794 e 795/2025.

**Subcláusula Terceira** – No caso de constatação de erros ou irregularidades do documento fiscal, o prazo de pagamento será suspenso e somente voltará a fluir após a apresentação de nova Nota Fiscal / Boleto Bancário correto(a).

**Subcláusula Quarta** – No caso de abertura de procedimento administrativo, o prazo de pagamento será suspenso e somente voltará a fluir após a decisão do referido processo.

**Subcláusula Quinta** – A Contratada deverá encaminhar juntamente com a Nota Fiscal a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS exigidos para a realização do pagamento.

**Subcláusula Sexta** – A Contratada ficará obrigada a repassar ao Contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto em função de alterações na legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO**

As despesas com a contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária: nº 01.001.10.302.0003.2003.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo e nº 01.001.10.302.0003.2004.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano.

**Subcláusula Primeira** – Após o interregno de um ano os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



**Subcláusula Segunda** – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Subcláusula Terceira** – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância já consolidada em Contrato ou último aditivo/apostilamento, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**Subcláusula Quarta** – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**Subcláusula Quinta** – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Subcláusula Sexta** – O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA – REVISÃO DE PREÇOS

Os preços poderão ser revistos desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária ou extracontratual.

**Subcláusula Primeira** – A análise do desequilíbrio econômico-financeiro necessariamente levará em conta uma análise global dos custos da contratação, incluindo todos os insumos relevantes, bem como todos os itens/lotos adjudicados e não somente sobre os que tenham recebido a incidência da elevação de preços.

**Subcláusula Segunda** – Para fins de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro a Contratada deverá apresentar requerimento instruído com documentos que comprovem a situação inicial de todos os itens/lotos adjudicados, bem como a situação atual de todos os itens/lotos, independentemente de a pretensão recair apenas sobre um ou alguns dos itens, vez que o reequilíbrio se estabelece sobre o Contrato como um todo e não apenas sobre um ou alguns itens/lotos isolados.

**Subcláusula Terceira** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a assinatura do Contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.



## CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA E GARANTIA CONTRATUAL

A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Subcláusula Primeira** – Caso o Contrato seja aditado, o Contratante terá direito às mesmas condições do Contrato aos seus aditivos.

**Subcláusula Segunda** – Os prazos e as condições de garantia dos serviços necessários à execução do objeto do presente são as definidas pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor) em vigor.

**Subcláusula Terceira** – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela Autoridade Competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

## CLÁUSULA NONA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados. Os direitos e deveres das partes encontram-se inseridos na Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

**Subcláusula Primeira** – Constituem obrigações do Contratante:

- a) Efetuar o pagamento ajustado.
- b) Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do Contrato.
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as condições deste Contrato, do Edital e seus anexos e do Termo de Referência.
- d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização das entregas, por funcionário especialmente designado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- e) Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.
- f) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar os objetos dentro das especificações do presente Contrato, Edital e Anexos.
- g) Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e/ou uniformizados, aos locais em que devam efetuar as entregas.
- h) Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas.
- i) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, bem como sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços.



- j) Aplicar as sanções administrativas pertinentes em caso inadimplemento, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, bem como a proporcionalidade e a razoabilidade.
- k) Atestar a Nota Fiscal no prazo estipulado.
- l) Realizar a fiscalização do objeto para a sua perfeita execução.
- m) Analisar o material entregue e, caso não corresponda com as exigências do Contrato, Edital e Anexos, a remessa do material será devolvida imediatamente à contratada para substituição, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

**Subcláusula Segunda – Constituem obrigações da Contratada:**

- a) Fornecer o objeto contratado na forma ajustada.
- b) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto do presente Contrato.
- c) Manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de regularidade fiscal exigidas na contratação, em especial: Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certificado de Regularidade do FGTS exigidos para a realização do pagamento.
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- e) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- f) Comunicar ao Contratante de forma detalhada, qualquer eventualidade ou ocorrência que prejudique o fornecimento dos itens.
- g) Designar um funcionário responsável por todo o processo de comunicação com o Contratante.
- h) Manter junto ao Contratante pelo menos 01 (um) número de telefone móvel e 01 (um) número de telefone fixo, e 01 (um) endereço de correio eletrônico (e-mail) sempre atualizados, com o intuito de estabelecer um sistema de comunicação eficiente.
- i) Entregar o objeto contratado de acordo com as especificações e prazos exigidos em perfeito estado de conservação.
- j) Assumir responsabilidade, para todos os fins legais, pela veracidade das informações prestadas.
- k) Atentar-se e cumprir todos os prazos, requisitos, exigências e condições estabelecidas neste deste Contrato, do Edital e seus anexos, bem como uma execução perfeita do objeto.
- l) Providenciar a substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis dos EPI que apresentarem defeito.



- m) Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- n) A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Consórcio ou a terceiros, decorrentes da execução do presente Contrato, do Edital e seus anexos, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruição, parcial ou total, isentando o Contratante de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato, do Edital e seus anexos, inclusive as de natureza trabalhista, fiscal ou previdenciária, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregados ou afastados, durante a vigência do presente instrumento.
- o) Efetuar a entrega dos EPI no Contratante, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento.
- p) Respeitar a legislação vigente sobre segurança e higiene do trabalho, acatando outras recomendações que nesse sentido, que lhes sejam feitas pelo Contratante, utilizando no local de entrega dos itens, equipamentos de proteção individual necessários, conforme natureza da tarefa.
- q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

**Subcláusula Terceira – Constituem obrigações pertinentes à LGPD:**

- a) As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do Contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b) Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- c) É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d) O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.
- e) Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- f) É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



- g) A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- h) A Contratada poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- i) A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- j) Bancos de dados formados a partir de Contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- k) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- l) A Contratada está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- m) Os Contratos e Convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Subcláusula Primeira** – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- I. der causa à inexecução parcial do Contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do Contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9



**Subcláusula Segunda** – Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III” e “IV” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. **Multa**, com observância do percentual mínimo de 0,5% e de percentual máximo de 30%.

**Subcláusula Terceira** – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Subcláusula Quarta** – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Subcláusula Quinta** – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Subcláusula Sexta** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Subcláusula Sétima** – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Subcláusula Oitava** – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**Subcláusula Nona** – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Subcláusula Décima** – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de Licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Subcláusula Décima Primeira** – A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Subcláusula Décima Segunda** – O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Subcláusula Décima Terceira** – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**Subcláusula Décima Quarta** – Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos por ele devidos e, decorrência deste mesmo Contrato ou de outros Contratos administrativos que a Contratada possua com o Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O presente Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**Subcláusula Primeira** – O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

**Subcláusula Segunda** – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, quando celebrado por mais de 12 meses, desde que haja a notificação da Contratada pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**Subcláusula Terceira** – Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**Subcláusula Quarta** – O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Subcláusula Quinta** – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

**Subcláusula Sexta** – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Subcláusula Sétima** – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

**Subcláusula Oitava** – A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Subcláusula Primeira** – A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.



**Subcláusula Segunda** – Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021, suas eventuais alterações, demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INTEGRIDADE E DAS MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO**

**Subcláusula Primeira** – As partes se obrigam, sob as penas previstas neste Contrato e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando, a legislação brasileira anticorrupção e a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro.

**Subcláusula Segunda** – Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, sob de pena de rompimento do vínculo contratual e adoção das medidas sancionatórias cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICIDADE**

Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

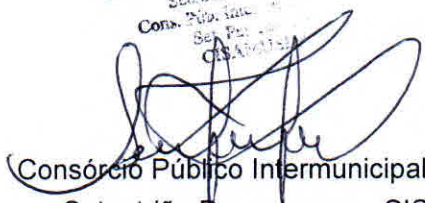
### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

Fica eleito o foro central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Maringá (PR), em 06 de março de 2025.

Sonia Regina Gomes Celestino  
Secretaria Executiva  
Com. Púb. Int. de Saúde  
do Set. Paranaense  
CISAMUSEP



Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense – CISAMUSEP  
**Sonia Regina Gomes Celestino**

**VALTER LOPES DE OLIVEIRA:10206542000179**  
Assinado de forma digital por VALTER LOPES DE OLIVEIRA:10206542000179  
Dados: 2025.03.06 11:41:57 -03'00'

Creative Things Comercio de Distribuicao LTDA  
**Valter Lopes de Oliveira**

#### Testemunhas:

Nome: *Alessandra de C. Borgeoni Cardoso*  
Assinatura:   
Assessora Executiva  
CISAMUSEP

Nome: *Ahmed R. Z. Augustin*  
Assinatura:   
Ahmed Roland Zubiato Augustin  
Assistente Administrativo  
CISAMUSEP

**ANEXO DO CONTRATO Nº 68/2025**

**PREGÃO Nº 03/2025**

**PROPOSTA COMERCIAL**

**CREATIVE THINGS COMERCIO DE DISTRIBUICAO LTDA**

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO TÊNIS, MODELO UNISSEX, CONFECCIONADO EM E.V.A., COR AZUL MARINHO, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR (FRENTE), COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO E À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. ANTIBACTERICIDA, IMPERMEÁVEL, ERGONÔMICO DE ACORDO COM A NORMA REGULAMENTADORA-32. DEVERÁ ACOMPANHAR PALMILHA REMOVÍVEL. DEVERÁ APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – CAEPI VÁLIDO EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. TAMANHOS PODEM VARIAR DO Nº 33 AO Nº 46, CONFORME PEDIDO.	Par	Soft Works	27	R\$ 74,20	R\$ 2.003,40
2	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO SAPATO MODELO UNISSEX, CONFECCIONADO EM E.V.A., COR AZUL MARINHO, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR (FRENTE), COM SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO E À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. ANTIBACTERICIDA, IMPERMEÁVEL, ERGONÔMICO DE ACORDO COM A NORMA REGULAMENTADORA-32. DEVERÁ ACOMPANHAR PALMILHA REMOVÍVEL. DEVERÁ APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – CAEPI VÁLIDO EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT. VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. TAMANHOS PODEM VARIAR DO Nº 33 AO Nº 46, CONFORME PEDIDO.	Par	Soft Works	09	R\$ 74,00	R\$ 667,80

3	PROTETOR AUDITIVO DO TIPO INSERÇÃO PRÉ-MOLDADO, CONFECCIONADO EM SILICONE, NO FORMATO CÔNICO COM TRÊS FLANGES CONCÊNTRICOS, DE DIÂMETROS VARIÁVEIS, CONTENDO UM ORIFÍCIO EM SEU INTERIOR, QUE TORNA O EQUIPAMENTO MACIO E FACILMENTE ADAPTÁVEL AO CANAL AUDITIVO. TAMANHO ÚNICO. COM CORDÃO EM POLIÉSTER CUJAS EXTREMIDADES DEVEM ESTAR FIXAS NO PROTETOR PARA UNIR O PAR. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM CAIXA PLÁSTICA COM CLIPE. ATENUAÇÃO MÍNIMA DE 19 dB. DEVERÁ APRESENTAR O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – CAEPI VÁLIDO EMITIDO PELA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT. VALIDADE MÍNIMA DE 04 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	Unidade	Protect Quality	12	R\$ 1,90	R\$ 22,80
4	AVENTAL DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE OU BRANCO, NÃO ESTERIL E NÃO DESCARTÁVEL, MANGA LONGA COM ELÁSTICO NOS PUNHOS, FECHAMENTO NAS COSTAS EM DOIS PONTOS NA REGIÃO DO PESCOÇO E DA CINTURA COM TIRAS PARA AJUSTES, CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL E SOLDADAS ELETRONICAMENTE. TAMANHO ÚNICO, COM COMPRIMENTO DE 1,20 M PODENDO VARIAR 10% PARA MAIS OU PARA MENOS. EMBALAGEM CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO. DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CAEPI VÁLIDO EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT. VALIDADE INDETERMINADA.	Unidade	Maicol	15	R\$ 22,00	R\$ 330,00
5	AVENTAL DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE OU BRANCO, NÃO ESTERIL E NÃO DESCARTÁVEL, SEM MANGAS, COM TIRAS DO PRÓPRIO MATERIAL SOLDADAS ELETRONICAMENTE NA GOLA E LATERAIS COM FIVELA PARA FECHAMENTO NAS COSTAS PARA AJUSTE DE LARGURA. TAMANHO ÚNICO, COM COMPRIMENTO DE 1,20 M PODENDO VARIAR 10% PARA MAIS OU PARA MENOS. EMBALAGEM CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO. DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CAEPI VÁLIDO EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT. VALIDADE INDETERMINADA.	Unidade	Maicol	26	R\$ 9,50	R\$ 247,00
6	MANGOTE DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE OU BRANCO, NÃO ESTERIL E NÃO DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO NAS EXTREMIDADES PARA AJUSTE, ACABAMENTO POR SOLDA	Par	Maicol	26	R\$ 16,50	R\$ 429,00

	ELETRÔNICA. TAMANHO ÚNICO, COM COMPRIMENTO DE 30 CM PODENDO VARIAR 10% PARA MAIS OU PARA MENOS. EMBALAGEM CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO. DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CAEPI VÁLIDO EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT. VALIDADE INDETERMINADA.					
7	LUVA DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL CONFECCIONADA EM NEOPRENE (POLICLOROPRENO) PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS, REVESTIDA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA FACE PALMAR E NAS PONTAS DOS DEDOS. PUNHO RETO. FORMATO ANATÔMICO. DEVERÁ FORNECER PROTEÇÃO TÉRMICA ÀS MÃOS DOS USUÁRIOS EM TEMPERATURAS DE NO MÍNIMO 100°C. COMPRIMENTO DE 35,5 CM. MEDIDA PODERÁ VARIAR 5% PARA MAIS OU PARA MENOS. DEVERÁ APRESENTAR EM CARACTERES INDELÉVEIS E BEM VISÍVEIS O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – CAEPI VÁLIDO EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SIT. VALIDADE MÍNIMA DE 04 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. TAMANHOS PODEM VARIAR DO P AO GG, CONFORME PEDIDO.	Par	Volk	5	R\$ 37,60	R\$ 188,00

<b>VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
	R\$ 3.888,00